

JOSÉ ANTONIO OCAMPO

|| POR RICARDO ISMAEL, MARCOS COSTA LIMA, RICARDO BIELSCHOWSKY E ROSA FREIRE D'AGUIAR

O economista colombiano José Antonio Ocampo foi um dos três conferencistas convidados para o 2º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado, realizado em agosto no Rio de Janeiro, e não foi por acaso que o convite se estendeu a esta entrevista a *Cadernos do Desenvolvimento*. Com grande conhecimento na área da economia internacional, Ocampo — que foi subsecretário-geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais (2003-2007), sendo o responsável pelo Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) — era a pessoa certa no lugar certo. Poucos minutos antes do início da entrevista havia se encerrado uma das mesas de debate do congresso intitulada Para onde vão os BRICS, sendo que, havia pouco mais de um mês, Fortaleza sediara uma histórica reunião desses países, que culminou, entre outras tantas decisões, com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Só esse tema já renderia uma pauta vultosa para o nosso entrevistado, mas o ex-secretário executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), de janeiro de 1998 a agosto de 2003, também conversou sobre outros temas não menos

importantes. Nesta entrevista Ocampo fala sobre a crise de 2008, cujos sintomas ele já diagnosticara no livro *International finance and development*, em parceria com Jan Kregel e Stephany Griffith-Jones; relembra sua formação acadêmica e suas influências teóricas; e, evidentemente, analisa a economia latino-americana. Ocampo nasceu em Cali e formou-se em economia “por acidente”, como ele próprio afirma, e em sociologia nos Estados Unidos, na Universidade de Notre Dame. Doutorou-se pela Universidade de Yale. O atual professor da Escola de Assuntos Internacionais e Públicos (SIPA) da Universidade de Columbia ocupou cargos políticos importantes no governo da Colômbia. Foi ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural (1993-1994); diretor do Departamento Nacional de Planejamento (1994-1996) e ministro da Fazenda e Crédito Público (1996-1997). Sua produção acadêmica é ampla, e um de seus mais recentes livros — *Time for a visible hand. Lessons from the 2008 world financial crisis* — foi escrito com Stephany Griffith-Jones e com o Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, seu ex-professor de macroeconomia.

262-275 >>

|| FOTO ISABELA KASSOW

ROSA FREIRE D’AGUIAR. Como se deu a sua formação intelectual e quais foram as suas influências teóricas?

JOSÉ ANTONIO OCAMPO. Eu sou economista por acidente. Eu era bom de matemática e, como sempre, na Colômbia, quem é bom nessa matéria vai para a engenharia. No fundo, queria estudar física, mas me desestimularam dizendo que na Colômbia física pura não servia para nada. Como eu era um bom aluno de matemática, me resignei a estudar engenharia elétrica na Universidad del Valle, a universidade pública de Cali, Colômbia. Com seis meses estava cansado, entediado, apesar de ser o melhor aluno do curso e de estar me saindo muito bem. Incomodado com essa situação, decidi conversar a respeito com meu pai, que é um homem conservador, e disse a ele que iria estudar sociologia na Universidade Nacional da Colômbia, em Bogotá. E ele, do alto de sua grande sabedoria, nunca me disse não, e duas ou três semanas depois sugeriu que eu fosse estudar sociologia nos Estados Unidos, com a perspectiva de também levar adiante outro curso, no caso, a economia. Portanto, foi por um acidente histórico pessoal e por recomendação do meu pai que me formei nesses dois cursos, na Universidade de Notre Dame.

Quanto às minhas influências teóricas, elas se concentram, basicamente, na escola estruturalista latino-americana. Refiro-me, de forma especial, aos quatro autores que mais li: Raúl Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Anibal Pinto. Entre todos os economistas de desenvolvimento clássico, Albert Hirschman foi, de longe, o que mais me influenciou. Devo citar também Michal Kalecki, e Joan Robinson e Nicholas Kaldor, da escola de Cambridge, em macroeconomia.

ROSA. Esses autores eram estudados na escola de economia?

Sim, na Universidade de Yale, onde eu fiz meu doutorado em economia, havia um keynesianismo muito razoável. Fui muito estimulado por Joseph Stiglitz, meu professor de macroeconomia. Éramos dois jovens, eu um pouco mais do que ele. Na universidade o grande teórico do momento era o economista keynesiano James Tobin, um dos melhores que os Estados Unidos já produziram. Também

aprendi muito com Carlos Díaz-Alejandro, um grande professor e homem de mente aberta, que me ensinou economia internacional, tema que foi o meu campo de interesse por vários anos. Díaz-Alejandro foi o meu orientador na tese de doutorado, e como não havia um curso específico sobre história econômica latino-americana, ele me deu cursos de leituras dirigidas sobre esse assunto. Por isso posso dizer que ele foi o meu pai intelectual. Ele sempre foi para mim uma espécie de ponte entre a ortodoxia e o desenvolvimento. Com o passar do tempo também conheci outro importante professor de Yale, de quem gosto muito. Refiro-me a Gustav Ranis, que ficou famoso na época pela criação do Ranis-Fei model, um modelo peculiar da versão de Arthur Lewis que não era muito estimulante. Ele tinha muito em mente o modelo de Taiwan, um modelo de crescimento econômico que se baseava em sistemas distributivos com relativa equidade social.

Em 1972 houve um movimento estudantil para que se ensinasse o marxismo na faculdade de economia, em Yale, e eu e vários colegas montamos um grupo de estudo para ler *O Capital*. O professor David Levine, que também tinha sido aluno da universidade, nos ajudou muito e se tornou meu coorientador de tese. Fiz o seu curso de história do pensamento econômico, matéria que também lecionei por alguns anos. Ele foi uma pessoa muito estimulante para mim naquela época, quando iniciei uma tese sobre a história econômica da Colômbia, baseada no café. Após um ano trabalhando decidi mudar de tema e terminar esse trabalho quando retornasse à Colômbia; na verdade esse foi meu primeiro livro, sobre comércio exterior no século XIX, que se chama *Colômbia e a economia mundial - 1830 a 1910*, o livro de que mais gosto. A tese que escrevi para Yale teve conteúdo mais teórico, com três ensaios. Um deles, o menos interessante, seguia o modelo de economia marxista, tratava dos setores de bens de capital e de bens de consumo e tentava ver em que condições a taxa de lucro tinha tendência decrescente. Eu concluía dizendo que, quando a produtividade aumentava mais rapidamente que a indústria de bens de capital, havia uma tendência de crescimento da taxa de lucros, ao contrário do que pregava a teoria marxista. O segundo ensaio se baseava no modelo

kaleckiano, que tinha relação com a economia de distribuição de renda, relativa ao ajuste de balanço de pagamentos, com efeitos distributivos. E o terceiro ensaio – e também o mais interessante – era um modelo de especialização em comércio internacional com economia de escala. A propósito, muito parecido em termos de ideias com a tese de doutorado que mais tarde fez de Paul Krugman um economista mundialmente famoso. O modelo de Krugman é muito mais elegante, pois faz referência a todas as ideias de economia de escala que apareciam bastante na literatura clássica sobre desenvolvimento, mas que ainda não haviam sido incorporadas às teorias de comércio internacional. Esse terceiro ensaio era o mais bonito, mas nunca o publiquei. Aliás, não publiquei nenhum dos três, porque cheguei à Colômbia e mergulhei na história econômica, que ocupou todos os meus primeiros anos ao retornar.

MARCOS COSTA LIMA. Gostaríamos de saber um pouco sobre as suas origens sociais e o seu pai.

Meu pai é um homem conservador. Naquela época na Colômbia as famílias eram divididas entre conservadores e liberais. Na minha família todos são conservadores, apenas eu sou liberal. Meu pai é uma pessoa de classe alta, mas sem grande fortuna. Ele era um médico que exerceu sua carreira entre a medicina e a universidade. Meu avô materno teve negócios na indústria de refrigerantes e meu avô paterno chegou com a família a Cali, no início do século XX, no auge da era do café na Colômbia, haja vista ser Cali o porto de exportação de café, dada a sua proximidade com o Oceano Pacífico e o canal do Panamá. Eu fui o único da família que seguiu a vocação universitária do meu pai.

ROSA. Como avalia a sua passagem pela Cepal, como secretário executivo, de 1998 a 2003?

A experiência que eu tive na Cepal foi uma das mais estimulantes que vivenciei na vida profissional. De fato, como dizia Celso Furtado, a Cepal foi talvez a única escola de pensamento econômico latino-americana, e deixou uma marca importante no debate, e como todas as marcas importantes deu lugar a opiniões muito diversas, às vezes até infundadas. Mesmo quando se critica a Ce-

pal, é porque a tomam como referência. A Cepal teve um período inicial glorioso, quando lá estive Celso Furtado. Depois a instituição passou por alguns períodos de crise. Houve várias tentativas para soerguê-la, e quero aproveitar para registrar que tenho grande apreço por Enrique Iglesias, que foi o secretário executivo da Cepal de 1972 a 1985. Teve o grande mérito de mantê-la atuante no período da ditadura de Pinochet, de ter se oposto à mudança da sede da agência e de sempre ter mantido uma posição a favor dos direitos humanos no Chile. Isso vale muitíssimo, tem grande mérito histórico, sobretudo em meio a uma conjuntura que foi muito difícil.

RICARDO BIELSCHOWSKY. Quando entrevistei Enrique Iglesias para o livro comemorativo dos 50 anos da Cepal lhe perguntei que marca ele havia deixado na instituição, e ele respondeu: resistência.

Não resta dúvida sobre isso. Ele conta que quando os militares quiseram entrar na sede da Cepal em busca de algumas pessoas que estavam sendo procuradas, ele, com grande inteligência, disse: “É melhor que não entrem, pois será o fim da honra do exército chileno entrar num território internacional”. Com isso conseguiu manter o exército afastado e ajudou muitos a fugirem do Chile, amparados pelas Nações Unidas. Também a seu modo tentou fazer um discurso sobre a crise dos anos 1980, o que a Cepal não tinha na época. O fato é que a Cepal não trabalhava com macroeconomia de curto prazo, afinal, todos na Cepal eram oriundos da escola keynesiana, da versão kaleckiana do keynesianismo. Sobre a crise da dívida, as melhores coisas que se produziram foram na Cepal. Eu creio que a nova etapa de reconstrução do pensamento da Cepal começa anos depois, em 1998, com o economista Fernando Fajnzylber, como diretor de desenvolvimento industrial e depois eu como secretário executivo. Nós realmente conseguimos criar uma nova concepção cepalina.

ROSA. Então essa é a sua grande marca à frente da Cepal?

Durante minha passagem executiva pela Cepal realizamos um discurso macroeconômico estruturalista mais coerente para as economias latino-americanas de hoje,

o que considero uma marca muito significativa. A outra marca que julgo merecer registro é o fato de termos usado na Cepal, naquele período, o discurso dos direitos sociais das Nações Unidas vinculado ao discurso sobre cidadania. Também houve tentativas recentes nesse sentido por parte de Alicia Bárcena, atual secretária executiva da Cepal.

Nas Nações Unidas há ainda um grande divórcio intelectual entre esses dois temas. Ou seja, o discurso dos direitos humanos vai numa direção quase que totalmente independente dos discursos sobre as questões econômicas e sociais. Em janeiro de 1999 eu coordenei um relatório, o único que as Nações Unidas fizeram até hoje sobre a crise asiática. O texto final foi escrito por mim e por Ricardo Ffrench-Davis. É um belo texto. Cada vez que o leio me admiro de como está bom. Em 2002 escrevi um ensaio, publicado em 2003, sobre o que agora chamamos análise macroprudencial. Não usei essa expressão que atualmente se usa, mas ela está implícita. Ou seja, os riscos dos sistemas financeiros são muito mais macro que microeconômicos. Quando se conhece a história latino-americana essa conclusão se torna óbvia. Os problemas macroprudenciais são os riscos de desvalorização que fazem com que os bancos tenham que subir as taxas de juros em momentos de crise. Fui um dos primeiros a escrever sobre isso, que se aplica a duas questões: às regras financeiras internas e aos controles de capital, pois tento demonstrar que os controles de capital, no fundo, servem para gerenciar riscos. Sempre uso o termo “regulação”, e nunca o termo “controle”, porque o conceito de controle de capitais é pejorativo. Nunca se fala de “controles prudenciais” e, sim, de “regulação prudencial”.

MARCOS. Quem estava à frente da Cepal quando se produziu o trabalho Transformação produtiva com equidade?

Gert Rosenthal, que foi meu antecessor. Gert tem muitas virtudes. É uma mente muito aberta e criativa. Ele encontrou uma forma de resistir à onda neoliberal sem abrir mão da visão estruturalista.

BIELSCHOWSKY. O sr. abrigou sob o estruturalismo a macroeconomia e as transformações produtiva e social. A questão ambiental nunca foi muito o seu tema?

Eu me considero uma espécie de novato no que tange ao tema ambiental, embora o assunto me interesse muito. Nas Nações Unidas trabalhei algumas vezes com esse assunto, e na Cepal trouxe a Alicia Bárcena justamente para trabalhar mais diretamente sobre essa questão. A propósito, coube a mim, como ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Colômbia, lidar com o tema ambiental. Fui eu quem introduziu as reformas oriundas da Rio-92 na Colômbia e elaborou a lei que criou o Ministério do Meio Ambiente no país. Hoje a questão ambiental está presente em todos os documentos criados pelo governo, o que tradicionalmente não era assim. Portanto, fui aprendendo aos poucos sobre o tema.

BIELSCHOWSKY. Como foi a sua experiência como sub-secretário geral das Nações Unidas, frente ao Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), em Nova York?

Foi um enorme processo de aprendizagem, porque na Cepal não se sabe ao certo o que são as Nações Unidas. A Cepal é um centro de pensamento mais conectado com o debate latino-americano do que com as Nações Unidas. Portanto, trabalhar na ONU foi muito interessante para mim. O DESA foi um *think tank* por períodos muito curtos. Já a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) o foi por períodos mais longos, embora hoje esteja muito enfraquecida. Ou seja, essas duas instituições, marcos das primeiras décadas da história das Nações Unidas, e a UNCTAD, têm como a Cepal a marca Prebisch, são mais *think tanks*. O DESA é a Secretaria do Ecosoc e as Secretarias das Comissões 2ª e 3ª da Assembleia Geral, que tratam das questões econômicas, sociais e ambientais. Nós éramos a entidade que as servia. Para mim foi muito instigante poder realizar alguns trabalhos interessantes. Um dos mais significativos foi a primeira sessão da Assembleia Geral, sobre migração e desenvolvimento, tema jamais tratado nesse fórum. Fui eu quem organizou o primeiro debate e preparou os docu-

mentos sobre migração. Várias reformas do sistema Ecosoc foram aprovadas em 2005 e implementadas em 2007, quando eu já estava saindo. A criação do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento, que se realiza a cada dois anos, foi uma delas. Trata-se do único fórum realmente mundial sobre assistência oficial para o desenvolvimento.

Nesses dois anos notei que a Agenda do Milênio era mínima, mas o que era realmente importante eram as decisões das reuniões de cúpula das Nações Unidas.

“Quando me perguntam o que é desenvolvimento econômico, eu digo que é a construção de conhecimento e de capacidades tecnológicas, o que sempre envolve um significativo processo de mudanças estruturais.”

É que nesses fóruns surgem propostas que visam à realização de grandes metas. As Nações Unidas deveriam, em matéria de desenvolvimento econômico, ambiental e social, promover uma agenda mais ampla. Eu mesmo propus que se adotasse um mecanismo de revisão por pares (*peer review*) para a execução dessa agenda, mas não houve aceitação ampla. O que se aceitou é que, anualmente, os países se reúnam para analisar o cumprimento da agenda e todos aqueles que desejarem fazer uma apresentação. São as “revisões ministeriais anuais”, consideradas sessões de alto nível do Ecosoc. É inferior à um *peer review* e voluntário, para os países que querem falar de algum tema da agenda. Neste momento discute-se transformá-lo num sistema permanente, de maior alcance. O fato é que os comitês do Ecosoc são muito importantes. Há alguns funcionais e outros de *experts*, mas há um muito especial pelo qual tenho grande carinho, que é o Fórum Permanente sobre Questões Indígenas. Dentre os funcionais, o mais significativo talvez seja a Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), o fórum anual mundial mais importante em termos de gênero.

ROSA. Nesses fóruns apenas se discute, ou também se tomam decisões concretas?

Para se ter uma ideia, eu propus e preparei um documen-

to específico para o secretário geral das Nações Unidas com o intuito de criar um comitê permanente, de caráter intergovernamental, para tratar da questão da cooperação tributária. Queria algo que realmente discutisse programas de cooperação tributária, com os responsáveis de tributação de todo o mundo se encontrando para negociar. Consegui que fosse um comitê permanente de especialistas, com mandato amplo, mas não consegui que fosse intergovernamental. Durante a Liga das Nações

houve um fórum de *experts* que se chamava Committee on Tax Cooperation. Esse comitê tem uma importância histórica, uma vez que criou os modelos do acordo sobre dupla tributação, que são mais benéficos para os países em desenvolvimento. Mas era *ad hoc* desde a Liga das Nações, ou seja, fazia seis décadas que era “*ad hoc*”... Praticamente a metade dos acordos de cooperação tributária hoje segue esse modelo. Hoje, a única entidade que tem algo importante em termos de cooperação tributária é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Fundo Monetário Internacional tinha certa força, mas mais de assessoria.

ROSA. Em termos de migração, o que foi possível mudar?

A incorporação do tema da migração forçada – refugiados, tráfico de pessoas – foi contemplada no debate das Nações Unidas. Há convênios internacionais que foram assinados e ratificados pela maior parte dos países, mas sobre a migração regular não há nada. Propusemos então um relatório e, ao secretário geral, a formação de um comitê permanente do Ecosoc especializado em assuntos migratórios. O comitê não foi aprovado, mas sim um sistema informal intitulado Diálogo de Migração, que os países organizam e convocam, anualmente, mas não é um fórum formal. Em 2012 realizou-se o segundo fórum sobre

o assunto, na Assembleia Geral das Nações Unidas. A outra coisa que fizemos nessa época – eu representava as Nações Unidas no Banco Mundial e no FMI – foi uma análise das Nações Unidas, junto com Jan Kregel e Stephany Griffith-Jones, sobre o sistema monetário internacional. Depois a publicamos como livro: *International finance and development*. Sinceramente, acho que preparamos o melhor discurso que as Nações Unidas já haviam produzido sobre esse assunto. Isso me marcou muito, porque continuei trabalhando sobre esse tema.

ROSA. Isso foi antes da crise de 2008?

Sim, foi antes da crise. O mais interessante é que um amigo meu que lecionava em Boston comentou que usava o livro em sala de aula, e que um dia um de seus alunos disse que achava estranho o livro se referir à crise como se ela fosse o futuro. Ou seja, a nossa análise estava correta: percebemos que vinha uma crise.

MARCOS. Como se deu o seu ingresso na carreira política?

Após a minha formação acadêmica, nos Estados Unidos, regressei à Colômbia, em 1976, e comecei a trabalhar primeiro como historiador econômico e mais tarde como economista, sendo que essa atividade se tornou mais interessante a partir de 1980-1982. Dava aulas nas universidades de Los Andes e Nacional. Na Universidade Nacional eu lecionava história econômica, mas meu posto permanente era na Universidade de Los Andes, onde também lecionei história do pensamento econômico, história econômica da Colômbia e economia internacional, este último o meu campo de pesquisa. Aos poucos fui evoluindo para a política até entrar, ativamente, no Partido Liberal, que era o partido socialdemocrata da Colômbia. Assim tive a oportunidade de trabalhar com vários líderes políticos, como Luis Carlos de Galán, de cujo assassinato, há 25 anos, estamos celebrando a memória; e com os presidentes César Gaviria e Ernesto Samper. Ingressei no governo, primeiro em cargos técnicos e depois em cargos políticos. Na sequência fui ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, diretor do Departamento Nacional de Planejamento – o que na Colômbia significa ser ministro – e depois ministro da Fa-

zenda. Essa experiência foi muito interessante, porque me deu a oportunidade de aprender bastante e de conhecer o meu país por diferentes ângulos.

ROSA. Em que resultou o projeto de uma Agenda para a Democracia dos Cidadãos na América Latina?

Na verdade eu participei de dois projetos sobre democracia. Um deles, sobre a democracia na América Latina, idealizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2006. Trata-se de um projeto muito interessante, que basicamente incluía o tema da cidadania na agenda da democracia. O outro projeto foi feito pelo PNUD em conjunto com a Organização dos Estados Americanos (OEA), quando eu já estava fora das Nações Unidas. A então diretora do escritório regional para a América Latina, Rebeca Grynspan, hoje à frente da Secretaria Geral Ibero-americana (Segib) foi quem me pediu para dirigi-lo junto com Dante Caputo, sendo ele pela OEA e eu pelo PNUD. Tratava-se de discutir os desafios da democracia latino-americana, e foi muito instigante, pois essa iniciativa promoveu diversos encontros com políticos da região. Os dois projetos geraram propostas concretas. Em 2012 foi publicado o livro intitulado *Nuestra democracia*, que apresenta um diagnóstico das diversas propostas apresentadas sobre o tema da cidadania. O livro também expõe a discussão da estrutura republicana dos governos e a obsessão pela inclusão do serviço civil e das prestações de contas nas esferas de poder. Eu não trabalho com muitos temas de ciência política, mas no correr de minha vida fui um bom leitor de ciência política, começando pela época de estudante de sociologia. E sempre gostei mais da ciência política europeia tradicional do que da ciência política norte-americana.

RICARDO ISMAEL. No mundo contemporâneo fala-se do desenvolvimento humano, do desenvolvimento com inclusão social, do desenvolvimento associado à questão ambiental. Qual é o seu conceito de desenvolvimento?

Para mim o grande conceito ordenador do desenvolvimento são os direitos, os direitos econômicos, sociais, é a cidadania. Mas quem melhor captou até agora o conceito

do desenvolvimento sustentável, que engloba os aspectos econômicos, sociais e ambientais, foram as Nações Unidas. Quando me perguntam o que é desenvolvimento econômico, eu digo que é a construção de conhecimento e de capacidades tecnológicas, o que sempre envolve um significativo processo de mudanças estruturais. Para mim, essa é a essência do desenvolvimento, fato que o estruturalismo em suas diferentes variáveis sempre entendeu e a teoria ortodoxa nunca conseguiu incorporar; embora tenha havido tentativas realizadas por meio da chamada “nova teoria do crescimento econômico”, que tem coisas interessantes, mas não capta o tema da mudança na estrutura produtiva, associada ao acúmulo de capacidades tecnológicas, como uma essência em si do desenvolvimento econômico. Além disso, há também o desenvolvimento social, que são todas as medidas voltadas para a inclusão social da população e o cumprimento dos respectivos direitos do cidadão: educação, saúde, trabalho, proteção social, moradia, enfim, todos os que foram incorporados à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Este foi o aporte histórico das Nações Unidas: os direitos econômicos e sociais. Aliás, durante a Segunda Guerra Mundial, Franklin Roosevelt desenvolveu o conceito das quatro liberdades, sendo a quarta a liberdade vinda da “necessidade”, que consta do preâmbulo da Carta das Nações Unidas. A mensagem é que a liberdade vem com a superação das necessidades. Essa é uma filosofia moderna, que eu considero o elemento ordenador da sociedade. Daí derivam, para mim, todos os conceitos sociais. Era algo que já se discutia na Cepal de antigamente, como, por exemplo, o famoso debate sobre universalismo e focalização. Eu sempre digo que o único conceito ordenador da política social é o universalismo. E os direitos, por definição, implicam universalismo. Não pode haver política social que não seja universal. A focalização pode exercer um papel subsidiário, mas não pode jamais substituir o universalismo. Mas isso é totalmente o inverso da visão focalizadora que o Banco Mundial tentou vender, e continua tentando vender à América Latina.

RICARDO. Ainda nessa perspectiva dos direitos, o sr. concorda com Norberto Bobbio, de que os direitos são históri-

cos, de tal forma que podem evoluir ou retroceder?

Eu espero que somente o façam no sentido da evolução. Adoro o livro *Citizenship and social class*, do sociólogo inglês T. H. Marshall, que utilizava nas minhas aulas. Esse livro traça a sequência histórica da Inglaterra, que começa com os direitos civis, com a Carta Magna; passa pelos direitos políticos, com a revolução de Cromwell; e em seguida para os direitos sociais, com o movimento sindical do século XIX e o surgimento do Partido Trabalhista. Essa não é, evidentemente, a sequência latino-americana, até porque não temos arraigados sequer os direitos civis, o mais fundamental de todos, com o exercício da justiça, o direito à vida.

MARCOS. Há alguma proximidade do conceito de liberdade que citou, anteriormente, com o de Amartya Sen, de entitlement, expresso no livro *Development as freedom*?

Eu admiro muito o trabalho de Amartya Sen, a maneira como ele organiza as suas ideias e todas as suas relevantes contribuições expressas em suas obras. Os capítulos iniciais de *Development as freedom* são maravilhosos. O que não admiro neste livro é que ele não reconhece o passado, passado esse que consta, explicitamente, do preâmbulo da carta das Nações Unidas, que introduz o conceito mais amplo de liberdade. Por outro lado, considero muito interessante o relatório que Kofi Annan apresentou na Cúpula de 2005, intitulado *In larger freedom*, em que ele justamente cita o preâmbulo da carta das Nações Unidas, com esse conceito mais amplo de liberdade.

ROSA. O que acha desses movimentos recentes na Europa, de crescimento e desenvolvimento zero, em resposta ao custo ambiental do desenvolvimento?

Esses movimentos apontam um problema real e a perspectiva de se manter o mundo por meio de ecossistemas fechados. Como economista, sempre acreditei que essa visão tem um pequeno equívoco: ela não incorpora a capacidade criativa do homem para superar o problema. Ora, todas as previsões catastróficas da história da humanidade foram superadas pela capacidade de inovação

do homem. Até as visões catastrofistas de Malthus foram igualmente superadas. Veja o relatório do Clube de Roma, em 1974: os problemas ali apontados vão sendo superados. Portanto, a questão não é que não sejamos capazes, como raça humana, de superar esse problema, de fazer as inovações necessárias, mas sim de mudarmos certos padrões culturais, como, por exemplo, os de consumo. Um dos grandes problemas do modelo de crescimento zero é que está em total contradição com o capitalismo. Como a vocação inerente do capitalismo é crescer, então o crescimento zero só poderia existir em uma sociedade não capitalista, do contrário não tem lógica. Eu também acredito que seja possível criar tecnologias capazes de superar os problemas causados pelas mudanças climáticas. O que acontece é que nessa área há sempre o choque com os interesses capitalistas. Os Estados Unidos, por exemplo, lideram, com ampla vantagem, a emissão acumulada de carbono no mundo – agora, em matéria de emissão corrente, é a China. Mas nos Estados Unidos o combate às mudanças climáticas sempre entra em luta com os interesses econômicos, especialmente os da indústria energética. E a direita norte-americana promove e financia um sem-número de pesquisas e mentiras, que afirmam que toda a literatura sobre mudança climática é uma invenção dos liberais.

BIELSCHOWSKY. Passemos então à crise...

A qual crise? A de 2008? Então é a crise do Atlântico Norte... Porque toda crise teve um nome, a asiática, a mexicana, mas quando se passa nos Estados Unidos, é a “crise mundial”...

Em 1982 eu ainda era um jovem economista, e vivenciei na Colômbia o início de uma crise financeira interna que foi pequena, mas me obrigou muito a pensar. Naquele período se deu a nacionalização de vários bancos, o que fez com que o Estado passasse a ter, sob seu controle, dois terços do sistema bancário. A partir daí passei a entender que os mercados financeiros são, inerentemente, instáveis. Para mim, o texto sobre crise mais interessante, de longe, é de autoria de Hyman Minsky, que eu já utilizava em sala de aula muito antes de ele entrar em

moda. O que diz Minsky, no fundo, é que todos os períodos de prosperidade incubam uma crise financeira potencial. E, ainda mais: quanto mais prolongado for o período de estabilidade e prosperidade, maior a possibilidade de que a crise seja mais forte. É isso realmente o que ocorre na prática, porque os agentes econômicos começam a confiar demais e a fazer apostas cada vez mais arriscadas. A liberalização financeira traz incubadas as crises.

BIELSCHOWSKY. Quando foi que conheceu a obra de Hyman Minsky?

Eu a conheci quando era estudante. A propósito, ainda tenho todos os meus livros daquela época, e creio que isso tem estreita relação com a influência do keynesianismo de esquerda. Além da escola de Cambridge, liamos Hyman Minsky, Axel Leijonhufvud e, evidentemente, o próprio Keynes, que me ajudou muito a aprofundar os conhecimentos sobre macroeconomia. A propósito, quando se lê sobre as teorias de Keynes, percebe-se o quanto ele era obcecado pela instabilidade dos mercados financeiros, assunto que conhecia muito bem, pois, afinal, como especulador financeiro perdeu muito dinheiro. As análises que fez sobre o sistema financeiro internacional o levaram a concluir que esse sistema é, inerentemente, instável, daí a sua famosa frase pronunciada no começo dos anos 1930: “Let finance be national” [Deixem que as finanças sejam nacionais], ou seja, não voltem a criar um sistema financeiro internacional. Esta era a minha bagagem teórica. Mas como ministro da Fazenda me coube enfrentar situações complexas, como problemas de empréstimos aos bancos locais.

ROSA. Considerando-se toda a sua experiência, a crise de 2008 foi uma surpresa?

Nem tanto. Como disse, o livro que publiquei sobre o sistema financeiro internacional, em parceria com Jan Kregel e Stephany Griffith-Jones, já mencionava os riscos de uma crise. Mas a magnitude desta crise é que foi uma surpresa para todos. Quem não aceita isso está mentindo. Os Estados Unidos já passaram por várias crises bancárias. Para começar, a crise da dívida latino-americana, como digo em

meu livro de história escrito com Luiz Bertola. Tratou-se de uma crise bancária dos Estados Unidos. É verdade que a administraram de forma magistral para que nós pagássemos todos os custos. Foi tão bem administrada que nem sequer aparece na lista de crises bancárias. Tiveram a crise de 1977, e o colapso da Bolsa de 1994, o colapso do mercado de tecnologia em 2001... Os Estados Unidos têm o recorde de crises financeiras. Mas mais surpreendente ainda foi a magnitude da crise financeira europeia.

BIELSCHOWSKY. Quais são os pontos básicos da sua posição em *Time for a visible hand: Lessons from the 2008 world financial crisis*, que escreveu com Joseph Stiglitz e Stephany Griffith-Jones?

O livro é pós-crise, centra-se nas medidas regulatórias que foram tomadas pelos governos e bancos centrais dos países atingidos pela atual crise, além de discutir as reformas na arquitetura financeira global que podem tornar o sistema financeiro mundial mais estável e mais

ROSA. E na Europa?

Na Europa a única reestruturação de dívida que ocorreu foi na Grécia. Os governos regionalizaram a dívida grega por meio de empréstimos, mas demasiado tarde. Ou seja, a dívida grega é agora praticamente uma dívida pública, gerida por agentes públicos. Teria sido maravilhoso gerenciá-la por intermédio de uma corte internacional de dívidas, mas infelizmente não ocorreu assim. Paul Krugman escreveu artigos muito interessantes, há uns anos, em que afirmava que a dívida interna nos Estados Unidos havia se agravado duas vezes: uma depois da Guerra Civil e a outra após a Segunda Guerra Mundial. Nesta ocasião, chegou a atingir a marca de 120% do PIB, e 10 anos mais tarde caiu para 60%. Como é que eles conseguiram isso? Com uma mistura de crescimento e inflação. Ou seja, algo como 2% de crescimento e 3% de inflação. Isso é interessante porque na América Latina sabemos muito bem como a inflação é útil para apagar dívidas. Talvez eles não a tenham praticado ao estilo latino-americano, mas um pouco de

“De acordo com Hyman Minsky, ‘todos os períodos de prosperidade incubam uma crise potencial. E, ainda mais: quanto mais prolongado for o período de estabilidade e prosperidade, maior a possibilidade de que a crise seja mais forte.’ ”

justo. Dada a magnitude dessa crise, a economia mundial está como que pisando em um território inexplorado, por isso esse livro tem como objetivo compreender de forma sistemática os principais problemas atuais do sistema financeiro, sua governança e suas ligações com os desequilíbrios econômicos globais. O livro também apresenta propostas para tentar garantir uma economia mundial mais estável, equitativa e crescente. Há muitos anos que alertamos, em nossas publicações, que é necessário haver um esquema multilateral para administrar crises de dívidas, uma espécie de corte de falências de caráter internacional. E isso está agora novamente na agenda devido à péssima administração da crise argentina por parte dos Estados Unidos.

inflação é sempre bom. Eu sinceramente acho que muita gente tem isso em mente hoje em dia. O economista chefe do Fundo Monetário Internacional, Olivier Blanchard, por exemplo, com certeza também pensa assim, pois há cerca de cinco anos publicou um artigo em que dizia que a meta de inflação nos países desenvolvidos deveria subir de 2% para 4%, porque ele sabe que uma inflação de 4% ajuda a baixar a dívida mais rapidamente. Sabemos muito bem, na teoria da dinâmica da dívida, que a relação mais importante está entre a taxa de juros e o crescimento do PIB nominal. Então, quando a taxa de juros é mais alta do que o crescimento do PIB nominal, a dívida explode. Quando a taxa de juros é mais baixa do que o PIB nominal, a dívida colapsa. E por que explodiu na Espanha e na Grécia? Porque nesses dois países a taxa de juros era muito mais

alta do que o crescimento nominal. O crescimento nominal é o crescimento mais a inflação. Por isso Blanchard propôs 4%. Eu sempre tive total clareza sobre isso, e também o Banco da Inglaterra e a Reserva Federal. Excetua-se o Banco Central Europeu, que ainda não percebe que ter inflação zero, ou próxima de zero, é o caminho do colapso.

Houve ações em matéria de regulação financeira que podem ter sido insuficientes e também melhores linhas de crédito do FMI. Estes são os avanços mais importantes depois da crise.

ROSA. É correto afirmar que os Estados Unidos estão reagindo um pouco melhor à crise do que a Europa?

Sim, assim como também é correto afirmar que a Inglaterra em relação à crise está em melhor situação do que a Europa Continental. Se fizermos um ranking dos efeitos iniciais da crise, o país que aparece em segundo lugar, depois dos Estados Unidos, é a Inglaterra. Mas ambos administraram a crise com seus bancos centrais de maneira keynesiana. Ou seja, foram expansionistas no começo da crise, tanto em matéria fiscal como monetária. O Banco Central Europeu, por sua vez, falhou nisso pelo menos duas vezes: primeiro, em 2011, quando começou a subir as taxas de juros antes do tempo; e está falhando agora novamente. Pode-se ler nos jornais que os ativos dos bancos centrais, como porcentagem do PIB, explodiram nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão, mas estão caindo na Europa. O Banco Central Europeu continua numa ortodoxia que só conduz ao desastre. A meu ver a administração da dívida foi desastrosa na Europa, e movida por razões ideológicas.

MARCOS. Em princípio, não se esperava uma crise tão profunda e longa. Há previsão de quando ela deverá acabar?

Quando eu lecionava e fazia conferências sobre crises de dívidas, sempre dizia que havia três tipos de crises bancárias: as pequenas, as grandes e as gigantes. As crises pequenas custam entre 3% e 5% do PIB e são resolvidas facilmente, sem grande efeito a longo prazo. As crises grandes, por sua vez, custam entre 15% e 20% do PIB, e quase todas as crises de hoje são desse tamanho. A japo-

nesa foi desse tamanho. Já as crises gigantes são as que custam 40%, 50% do PIB, como as do Chile, Argentina e Uruguai, no início dos anos 1980, e um pouco mais tarde na Indonésia, e têm efeitos por pelo menos cinco anos, às vezes mais. A atual crise é do tipo gigantesca. O grande problema é que a Europa administra mal a crise. Aliás, pode-se discutir muito um aspecto da crise europeia, que é o problema gerado pela inflexibilidade das taxas de câmbio dentro da área monetária. Há vários estudiosos, inclusive Stiglitz e Krugman, que não disseram claramente, mas deram a entender que os países mais afetados pela crise atual deveriam deixar a zona do euro. Eu tenho muitas dúvidas a esse respeito, pois uma medida dessas poderia levar ao colapso toda a integração econômica europeia, gerando sem a menor dúvida outra crise financeira mundial, muito pior que a do Lehman Brothers.

MARCOS. Por quais mecanismos?

Basicamente pela perda de confiança no Banco Central Europeu. Sim, exatamente pela perda de confiança no banco número dois do mundo. Após a saída de um país seria inevitável o fim da zona do euro, porque as especulações seriam maciças, inclusive com especulação contra a Alemanha, com o agravamento de todas as tensões existentes na Europa. E as repercussões internacionais também seriam enormes, com a possível geração de uma crise financeira ainda mais profunda. Por isso não apoiei a ideia de Stiglitz e Krugman. Eu acho que o Banco Central Europeu e os próprios governos dos países europeus deveriam ter praticado maior expansão fiscal, mas acabou triunfando, infelizmente, a ortodoxia macroeconômica, e ela foi muito danosa onde foi praticada.

BIELSCHOWSKY. Qual a sua opinião a respeito da reunião dos BRICS, realizada em Fortaleza em meados de julho deste ano?

O que ocorreu em Fortaleza foi uma das sementes mais importantes do processo de amadurecimento desse bloco. No pequeno artigo que escrevi intitulado *After the dollar*, menciono que essa reunião dos BRICS coincidiu com os 70 anos dos acordos de Bretton Woods, assina-

dos em julho de 1944. A criação do Banco dos BRICS e a aprovação dos mecanismos de *swaps* são feitos históricos. Quanto à questão do Banco Mundial versus o Banco dos BRICS, o que está ocorrendo é que os Estados Unidos parecem estar determinados a condenar o Banco Mundial à estagnação. Quando eu fui candidato à presidência do Banco Mundial, pedi para falar com todos os diretores do Banco, e o dos Estados Unidos aceitou me receber, em Washington. E um amigo pessoal do presidente Barack Obama, foi muito simpático, mas começou dizendo: “You know I’m not going to vote for you [você sabe que não vou votar em você]” e eu respondi “I take that for granted [tenho certeza]”. De fato não me interessava o voto, pois o que eu queria era entender a posição dos Estados Unidos sobre o Banco Mundial, e queria que ele me respondesse por que os Estados Unidos estavam condenando o Banco Mundial à estagnação, uma vez que não estavam fazendo aporte de capital, nem aceitando que outros países o fizessem – portanto o Banco não poderia crescer. Ele respondeu que o Congresso é que não aprovava as medidas. O Banco dos BRICS tem diante de si uma área imensa de potencialidades no mundo. Se os Estados Unidos não querem um banco assim, eles podem dizer: “somos uma alternativa”. Há outra coisa que não se está ressaltando: o grande canal de cooperação entre os bancos centrais dos países desenvolvidos não é o FMI, mas a linha dos *swaps*, e em sua longa história isso costuma equivaler a várias vezes o que empresta o FMI em momentos de crises. Meu único ponto para o qual chamo atenção nesse debate é que o Banco dos BRICS terá de abrir-se a todos os países em desenvolvimento, e não apenas para os países do bloco. Portanto, não apoio a decisão dos BRICS, que decidiram controlar o banco, com 55% do capital em suas mãos.

RICARDO. Dentro dos BRICS há relações assimétricas, e pode ser que estejamos saindo da esfera americana para a esfera chinesa: a China está entrando fortemente na América do Sul. Como vê esse movimento?

Economicamente, esse movimento pode ser importante, mas não é tão relevante se ainda existe uma visão diferente por parte dos demais membros do grupo. Não tenho a

menor dúvida de que o Brasil, a África do Sul e a Índia, ou mesmo a Rússia, têm uma visão desse movimento apenas como um instrumento de cooperação, e até de desafio às instituições tradicionais, e não exatamente como um real desejo de busca de hegemonia por parte da China. Isso certamente deve ter sido discutido a fundo entre os BRICS. Mas não sei se a China vê isso como um instrumento de hegemonia. Repare que a sede do banco será em Xangai, mas caberá à África do Sul sediar o Centro Regional Africano do banco, que o primeiro presidente do banco será indicado pela Índia, que o Brasil deverá indicar o primeiro presidente do Conselho de Administração, a Rússia indicará o presidente do Conselho de Governadores e cada país terá direito a um voto, ou seja, esses são elementos que, claramente, restringem a liderança da China.

RICARDO. Mas o maior aporte de recursos não será da China?

Sim, mas o fato *per se* não é tão importante assim. O que me preocupa mais é saber qual será a atitude da China: se preocupar em fortalecer o sistema multilateral ou formar um G-2? Essa é a pergunta de fundo. Eu espero que seja a primeira opção, até porque me parece ser a mais conveniente para a China, embora ambas lhe convenham. Aos Estados Unidos sempre convieram o multilateralismo, ainda que internamente tenham sempre tido ambições hegemônicas. Os Estados Unidos, com todos os seus defeitos, são, historicamente, os criadores do multilateralismo. Criaram as Nações Unidas quando praticamente ninguém acreditava nessa possibilidade. Sabe-se muito bem que os outros países europeus – leia-se Churchill e Stalin – não acreditavam e não queriam as Nações Unidas, pelo fracasso da Liga das Nações. Foi a insistência dos Estados Unidos, de Franklin Roosevelt, em especial, que levou à criação das Nações Unidas. Portanto, devemos o multilateralismo a eles. O Fundo Monetário também é uma invenção dos Estados Unidos, mais do que da Grã-Bretanha. Os britânicos queriam um organismo bilateral, mas foi a proposta dos Estados Unidos que prevaleceu, abrindo para todos os países. Só um pilar desse sistema de multilateralismo falhou: a Organização Internacional do Comércio,

que foi criada em 1948 mas só um de seus componentes se pôs em funcionamento, o GATT.

MARCOS. Com o tempo as coisas mudaram muito, até a própria afirmação da hegemonia, não é mesmo?

Eu creio que o que tirou os Estados Unidos do rumo foi a Guerra Fria. Mas a visão norte-americana, com todos os seus defeitos, e a visão de Roosevelt, em particular, foi multilateral. Para os Estados Unidos, o mundo pós-guerra era mais estável com aliados e organismos multilaterais do que ter de exercer o poder diretamente. Hoje é muito diferente. Vários grupos políticos dos Estados

de tamanhos, seria necessário, e muito conveniente, que a América Latina negociasse com a China como um bloco.

BIELSCHOWSKY. Tem alguma esperança de que a economia latino-americana volte à normalidade nos próximos cinco ou 10 anos?

Como tendência, eu acho que a América Latina vai estabilizar-se num crescimento que chamo de medíocre. Talvez 3% ou 3,5%. Como a população já não cresce, não é tão ruim nesse sentido específico, embora não seja chinês, nem mesmo indiano. O que me preocupa muito, no entanto, é que a América Latina não consegue ver-se como

“Não há a menor dúvida de que a China tem uma estratégia definida para a América Latina, mas não tenho certeza se a América Latina tem uma estratégia definida para a China.”

Unidos retornaram a essa tendência de isolacionismo e de poder. A visão dos republicanos de direita é a de isolar-se ou exercer o poder unilateralmente. Mas agora, à China também convém o multilateralismo. Agora o que precisamos saber é qual será o compromisso de ambos com um sistema multilateral. É por isso que eu acho que o melhor para os BRICS é abrir esses seus instrumentos, inclusive o banco, para mais países.

MARCOS. A China está investindo forte na África, financiando projetos de envergadura no continente. São obras de infraestrutura que os países africanos não podem recusar, como estradas de ferro, portos, aeroportos. Mesmo com o trade-off ruim que o Brasil tem hoje com a China, pensar num aporte chinês para a recuperação do transporte ferroviário no Brasil, por exemplo, não seria auspicioso? Ou o Brasil ainda está engatinhando nessa relação e não consegue se impor?

Sempre digo aos meus alunos que não há a menor dúvida de que a China tem uma estratégia definida para a América Latina, mas não tenho certeza se a América Latina tem uma estratégia definida para a China. O problema, portanto, está no nosso lado. Inclusive, em respeito à mera lógica

uma região e, portanto, explorar as suas potencialidades. Em um mundo que será menos dinâmico nos próximos 10 anos, incluindo a China, isso não nos dará tantas oportunidades em termos de comércio exterior. Por isso, o mais atraente para a América Latina é seu mercado interno. É preciso enfrentar isso como uma oportunidade, mas não vejo que se esteja fazendo algo nesse sentido. E mais ainda: a integração latino-americana tem luzes, mas tem muito mais sombras. Para começar, o grande problema da integração latino-americana é a competição entre Brasil e México. A criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), em 2008, no Brasil, irritou o México, que, por sua vez, criou a Aliança do Pacífico para irritar o Brasil. É uma afirmação simplista, mas com conteúdo. Então, a primeira providência a ser tomada para pacificar a região é fazer com que Brasil e México dialoguem e apresentem os seus projetos para a América Latina, pois sem os dois grandes países numa mesma linha não iremos a lugar nenhum.

BIELSCHOWSKY. Mas não será difícil o Brasil se acertar com o México, que por sua vez está totalmente acertado com os Estados Unidos?

Bem, digamos que esse é um primeiro grande problema.

O segundo problema são os acordos sul-americanos. Às vezes me dá até vontade de chorar. Na Comunidade Andina, por exemplo, que só sobrevive pela graça de Deus, há coisas que ainda funcionam, como o livre-comércio entre Colômbia e Equador, e Colômbia e Peru, mas não é nada para ser muito celebrado. As instituições sul-americanas andinas eram muito boas, as melhores, mas agora está tudo deteriorado. As únicas que sobrevivem bem são as duas financeiras, que, curiosamente, adquiriram vida independente da Comunidade Andina. Refiro-me à CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) e ao Fundo Latino-Americano de Reservas. No âmbito do Mercosul está claro que os pequenos não confiam nos grandes. Além disso, a Argentina “dá um carrinho”, tal como no futebol, para que o Brasil caia. E o Brasil responde, óbvio. Então a Argentina impõe restrições ao comércio com o Brasil, que por sua vez responde também à altura. Depois, admite-se a Venezuela no grupo, e não está claro que ela queira cumprir as regras. É o Mercosul, é uma tristeza! Não se diz abertamente, mas estamos vivendo a pior crise da integração latino-americana.

ROSA. Em que estágio está a Comissão de Reconciliação da Paz Colombiana?

Eu estive ao lado do presidente Juan Manuel Santos no debate político colombiano e de sua reeleição pela paz. Ele me propôs que eu dirigisse a comissão sobre o desenvolvimento rural que se chama, formalmente, Missão para a Transformação do Campo, que trata do primeiro tema do acordo. O acordo de paz tinha cinco temas para serem negociados. O primeiro foi o desenvolvimento rural; o segundo foi a participação política; o terceiro, o narcotráfico; o quarto, que é o que se está negociando agora, e de certa maneira é o mais difícil de todos, é sobre as vítimas; e o quinto é a desmobilização da guerrilha. Estou bastante otimista, pois creio que esse processo de paz junto às FARC é muito melhor do que os outros dois anteriores. Refiro-me aos que ocorreram durante os mandatos dos presidentes Belisario Betancur [1982-1986] e Andrés Pastrana [1998-2002]. No caso de Betancur, foi quase uma poesia: as pessoas pintavam pombinhos nas ruas,

mas não havia nada de mais profundo por trás daquelas ações. No caso de Pastrana, o governo foi muito inocente. Criou-se o Partido da União Patriótica. Resultado, os dois foram um desastre. Desta vez o presidente e sua equipe gerenciaram muito melhor o acordo, com negociações em muitos sentidos. Primeiro, toda a agenda foi discutida em segredo, e não publicamente. Segundo, tiveram calma e tempo para negociar. E, terceiro, simplificaram a agenda restringindo-a a cinco pontos. Nas duas experiências anteriores as negociações se deram numa suposta desmobilização ou interrupção do conflito armado, e sabe-se que a guerrilha utilizou o período de paz para se rearmar. Desta vez o acordo é que a negociação se dê em meio ao conflito. Essa foi uma decisão muito mais inteligente, e acho que tem mais possibilidades de êxito.

ROSA. Há um prazo para o término das negociações?

Não há um prazo ainda. Em minha opinião, e pelo que consigo perceber, as FARC estão legitimamente interessadas em acabar com o conflito. Essa é a grande diferença, claramente demonstrada. Por isso estou otimista quanto ao futuro de paz, e por essa razão me envolvi nessa tarefa, uma das mais importantes para mim atualmente, mesmo se me afasta de outras. É evidente que se trata de um processo com várias etapas, que incluem o término das negociações, depois o plebiscito e, por fim, a consulta popular sobre o acordo. Tenho a impressão de que o governo ganha a consulta popular. A eleição presidencial foi quase um plebiscito sobre a paz, e ganhamos os que de fato a queremos, embora houvesse muitas ideias contrárias.

MARCOS. Qual deve ser a prioridade máxima para a América Latina nos próximos cinco anos?

Há muitas prioridades, mas a principal delas, sem dúvida, é continuar a reduzir a desigualdade. E eu não diria que isso seja meta para os próximos cinco anos, mas sim para os próximos 10, 20 anos. Afinal, mesmo com todas as melhoras que já tivemos – todas muito bem-vindas –, a sociedade latino-americana continua sendo excessivamente desigual.

§